

M.K.R.

Comércio de Equipamentos Eireli - EPP

C.N.P.J 31.499.939/0001-76 e Inscrição Estadual n.º 177.427.143.110

Processo Nº: 19866/24
Rubrica: 44

e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera: (...) *todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.* (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)

No mais, a eventual manutenção da habilitação/classificação da empresa requerida (que não atendem ao edital conforme suas especificações) será um erro cometido pela administração pública, uma ilegalidade.

Vale ressaltar que se não ocorrer o deferimento do recurso, a empresa recorrente estará o direito de requerer na justiça a qualquer tempo indenização por perdas e danos (responsabilização da administração por erro cometido neste pregão), sendo que para evitar a medida judicial e evitar a responsabilização da administração é que a empresa vem por meio deste recurso solicitar na via administrativa a revisão da decisão de desclassificação para que a administração possa revê-los, identificar erro (ilegalidade) e corrigi-lo.

Informamos que mantida a decisão, aceitando equipamento sem registro no INMETRO, oficiaremos à referida autarquia para que tome as providencias junto ao Ministério Público e outras medidas que julgar necessárias.

Assim, não restam dúvidas de que as empresas **AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA no item 05** deveriam ser **DECLASSIFICADAS** visando manter a licitude e a legalidade do presente certame. Mantendo a classificação de uma licitante que não observou as exigências do Edital, estará ferindo quase todos os princípios básicos consagrados pelo art. 3º da lei de certames: da legalidade, isonomia, e, notadamente, da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante do exposto, esta Requerente requer se digne a Ilustre Comissão Julgadora a

M.K.R.

Comércio de Equipamentos Eireli - EPP

C.N.P.J 31.499.939/0001-76 e Inscrição Estadual n.º 177.427.143.110

Processo Nº: 19 866/24
Rubrica: 45

proceder a revisão de todos os atos realizado quanto ao procedimento em questão em virtude do ocorrido, assim, atribuindo provimento ao presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, afastando todos os atos praticados em desconformidade com a Lei, em especial a classificação das **empresas AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA no item 05** ou, fazê-lo subir, devidamente, informado à Autoridade Superior como **MEDIDA DE JUSTIÇA**, evitando assim impetração de Mandado de Segurança e Representação junto ao Tribunal de Contas E **AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS**.

Termos em que,
pede deferimento,

Araçatuba/SP, 17 de julho de 2024

KAREN
CRISTIANE
RIBEIRO
STANICHESKI
KI:2772775
5850

Assinado de
forma digital por
KAREN CRISTIANE
RIBEIRO
STANICHESKI:277
27755850
Dados:
2024.07.17
19:10:53 -03'00'

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

KAREN CRISTIANE R. STANICHESKI

PROCURADORA - CPF 277.277.558-50

M.R.K. Comércio de Equipamentos Eireli – EPP – End: Marechal Mascarenhas de Moraes nº 88, sala B

CEP 16.075-370

Araçatuba - SP. Telefone – Fax +55 – (18) 3621-2782

Comissão de Pregão II

DESPACHO

Processo Licitatório nº 1.569/2004, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90062/2024, **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO** de **Mobiliário Escolar, eletrodomésticos e eletroeletrônicos** para atender as **Unidades Escolares e a Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo**, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de **RECURSO** interposto pela empresa **M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP.**, com fulcro no artigo 165 da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos a decisão deste pregoeiro que habilitou a empresa **AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA LTDA**, no **Pregão Eletrônico n.º 90062/2024**.

I. DO RELATÓRIO

I.A. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do **PE nº 90.062/2024**, com base no Edital, foi aberta a fase de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição tempestivamente, pela empresa **M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP.**, contra a decisão do pregoeiro que classificou a empresa vencedora do ITEM 05, a empresa **AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA LTDA.**, que foi aceita por este Pregoeiro e a equipe de apoio.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A*Comissão de Pregão II***I.B. DO RECURSO**

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega que, (i) a empresa recorrida ofertou equipamentos da marca ELETRO PLATAFORMA que não possui certificação do INMETRO; (ii) prossegue alegando que a certificação junto ao órgão é requisito obrigatório para BALANÇAS; (iii) pontua que inclusive, consta a obrigatoriedade de tal certificação no instrumento convocatório, conforme descritivo do referido item.

I.C. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, **NÃO**, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP**.

II. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto as alegações que (i) a empresa recorrida ofertou equipamentos da marca ELETRO PLATAFORMA que não possui certificação do INMETRO; (ii) prossegue alegando que a certificação junto ao órgão é requisito obrigatório para BALANÇAS; (iii) pontua que inclusive, consta a obrigatoriedade de tal certificação no instrumento convocatório, conforme descritivo do referido item.

Informamos que em obediência ao item 4.2 do Termo de Referência, a proposta de preços juntamente com o catálogo enviado pela recorrida foram enviados ao setor técnico da Secretaria Municipal de Educação para análise da conformidade, quanto as especificações requisitadas, a qual foi devidamente aprovada pelo referido setor



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão II


conforme Laudo de Aceitabilidade às fls. 1.091/1.092, dos autos do processo licitatório nº 1.569/2024.

Tendo a decisão deste pregoeiro sido subsidiada pelo setor técnico da área requisitante.

III. DAS DILIGÊNCIAS

Por todo o exposto, feitas as considerações acima narradas, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o subitem 26.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 90062/2024, à Secretaria Municipal de Educação, para manifestação técnica dos aspectos recorridos, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro, ante ao recurso interposto.

Nova Friburgo, 26 de julho de 2024.


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCESSO: 19866/24
DATA: / / FLS: 19
RUBRICA: 

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

Nova Friburgo, 30 de junho de 2024.

Resposta Recurso

Pelo presente documento, informamos que após inúmeras consultas na internet, verificamos que a balança da marca ELETRO PLATAFORMA, ofertada pela empresa AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA EIRELI - ME, não tem certificação do INMETRO, não atendendo todos os requisitos especificados no item 05 da cota exclusiva, abaixo discriminado;

005	BALANÇA ELETRÔNICA DE BANCADA, capacidade mínima 150 kg, capacidade de no mínimo: 150 kg sistema de leitura: visor digital balança digital 150kg com plataforma com aproximadamente de 40x34, tensão: bivolt. CERTIFICADO PELO INMETRO - NBRNM60335-1 2010 de 06/2010 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares. Produto embalado em caixa de papelão resistente.
-----	--

Desta forma, acatamos o recurso interposto pela empresa M.R.K. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

Atenciosamente,


Gustavo da Silva Martins

Coordenação de Serviços Concedidos

Mat. 105.872


Caroline Moura Klein

Mat. 990953

Secretária de Educação



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 19866/2024

RUBRICA:  FOLHA: 50

Comissão de Pregão II

DECISÃO DO RECURSO

PE Nº 90.062/2024

Processo Licitatório nº 1.569/2004, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90062/2024, **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO de Mobiliário Escolar, eletrodomésticos e eletroeletrônicos** para atender as Unidades Escolares e a Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano.

Em cumprimento ao disposto nos termos do Artigo 165, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, instituído pela Portaria nº 689 de 05 de junho de 2024, procedeu ao julgamento do Recurso interposto tempestivamente pela empresa **M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP**, doravante denominada Recorrente, contra os termos da decisão deste pregoeiro que habilitou a empresa **AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA LTDA.**, no Pregão Eletrônico n.º 90.062/2024, informando o que se segue:

I. DO RECURSO

Encerrada a fase de habilitação do PE nº 90.062/2024, com base no correspondente Edital, foi aberta a fase de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP**, contra a decisão do pregoeiro que classificou como vencedora do ITEM 05 a empresa **AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA LTDA.**

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A*Comissão de Pregão II***II. DO MÉRITO**

A Recorrente apresentou, tempestivamente, por meio do Sistema Compras.gov.br, recurso através do qual solicita a reconsideração da decisão, alegando, em síntese, que (i) a empresa Recorrida ofertou equipamentos da marca ELETRO PLATAFORMA, a qual não possui certificação do INMETRO; (ii) a certificação junto ao INMETRO é requisito obrigatório para BALANÇAS; (iii) a obrigatoriedade de tal certificação consta no instrumento convocatório, conforme descritivo do referido item.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Imperioso registrar que a Recorrida **NÃO** apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, contrarrazões com o fim de afastar as alegações do recurso apresentado pela empresa Recorrente.

IV. DA ANÁLISE

Tendo em vista que as alegações apresentadas no recurso são de cunho técnico, feitas as devidas considerações por esta Comissão, este fora submetido à análise da Secretaria Municipal de Educação, na forma em que dispõe o Edital do Pregão Eletrônico nº 90.062/2024, para pronunciamento de ordem técnica a fim de subsidiar a decisão do recurso.

Insta ressaltar que o setor técnico da Secretaria Municipal de Educação, ao avaliar a conformidade quanto às especificações dos Itens licitados, havia aprovado a proposta quanto ao Item sobre o qual recai o presente recurso, conforme Laudo de Aceitabilidade às fls. 1.091/1.092 dos autos do processo licitatório nº 1.569/2024, tendo a



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 19866/2024

RUBRICA:  FOLHA: 52

Comissão de Pregão II

habilitação sido, portanto, subsidiada pelo setor técnico da área requisitante da contratação.

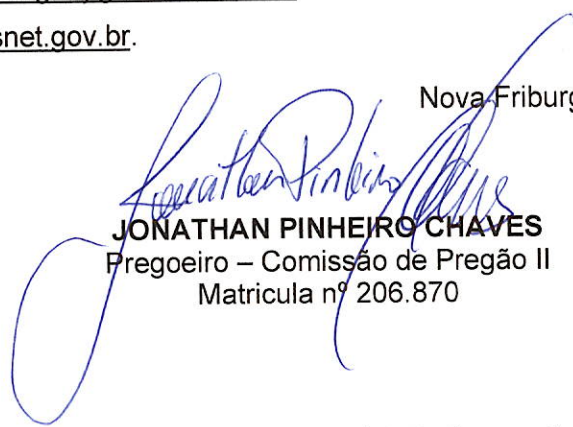
Nada obstante, por ocasião da interposição do presente recurso e após avaliação dos questionamentos apresentados quanto à proposta vencedora, o setor técnico em referência se manifesta em nova oportunidade, no sentido de atestar que a balança "(...) não tem certificação do INMETRO, não atendendo todos os requisitos especificados no item 05 da cota exclusiva (...)", nos termos de fls. 49.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no Artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021 e subsidiado pela manifestação técnica exarada pela Secretaria Municipal de Educação, sem nada mais a evocar, CONHEÇO do presente Recurso interposto pela empresa M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, no bojo do processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.062/2024, e no mérito, DOU PROVIMENTO, alterando a decisão anteriormente proferida, decidindo pela desclassificação da empresa AMANDA SERAFIM MATTOS DA SILVA LTDA. para o Item 05.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 05 de agosto de 2024.


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula nº 206.870